

**Comunicado**

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998  
 Balanço Patrimonial - Hospital Geral Santa Marcelina do Itaim Paulista - Casa de Saúde Santa Marcelina

**Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral Santa Marcelina do Itaim Paulista**

CNPJ/MF: 60.742.616/0006-74

CREMESP nº 924.156

**Demonstrações contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 - Em reais**

		Balanço Patrimonial		Passivo		Demonstração do Superávit (Déficit) do Exercício	
Ativo	Notas	2020	2019	Notas	2020	2019	
<b>Circulante</b>		<b>2.851.653</b>	<b>3.099.394</b>	<b>Circulante</b>	<b>22.061.971</b>	<b>21.865.284</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.140.534	1.731.781	Fornecedores	2.048.164	1.804.074	<b>Receitas Operacionais Brutas</b>
Adiantamentos	5	503.816	421.739	Arrendamento Operacional NBC TG 06	225.503	394.041	<b>Receitas de atividades assistenciais</b>
Despesas Antecipadas		102.542	82.932	Obrigações Trabalhistas	4.778.856	4.291.871	Com assistência médica hospitalar
Estoques	6	1.104.761	862.941	Obrigações Sociais	1.116.732	1.114.617	<b>Receitas financeiras,</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>9.868.006</b>	<b>8.823.404</b>	Obrigações tributárias	1.988.955	1.975.273	<b>patrimoniais e extraordinárias</b>
Depósito Judiciais	9	433.375	383.830	Outras contas a pagar	1.393.425	1.000.115	Com doações
Imobilizado	7	9.137.535	7.744.209	Férias e encargos a pagar	10.471.909	9.034.305	Financeiras deduzidas das despesas
Direito de Uso - Arrendamento NBC TG 06	7	297.096	695.365	Provisão para processos Judiciais	-	495.302	Outras receitas
<b>Total do Ativo</b>		<b>12.719.659</b>	<b>11.922.798</b>	Verbas e subvenções	11	38.427	<b>Despesas Operacionais</b>
				<b>Não Circulante</b>		<b>13.408.964</b>	<b>Despesas com atividades</b>
				Outros Contas a Pagar (Longo Prazo)		<b>12.857.309</b>	Despesas com pessoal
				Provisão para Contingências	12	3.873.837	Despesas administrativas e gerais
				Recursos Aplicados em Imobilizado		9.137.535	Despesas prestados por terceiros
				Arrendamento Operacional NBC TG 06		71.593	Despesas com locação
				Patrimônio líquido		(22.751.276)	Medicamentos e materiais
				Patrimônio social (Passivo a descoberto)	13	(22.751.276)	Impostos e taxas
				<b>Total do Passivo</b>		<b>12.719.659</b>	<b>Superávit (Déficit) do Exercício</b>
						<b>11.922.798</b>	<b>312.688 (64.467)</b>

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido no Exercício**

	2020	2019
<b>Patrimônio social (Passivo a Descoberto)</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
No início do exercício	(22.799.795)	(22.922.337)
Transferência Patrimonial	-	187.009
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(264.169)	-
Superávit (Déficit) do Exercício	312.688	(64.467)
No final do exercício	(22.751.276)	(22.799.795)

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

**1. Contexto Operacional: a. Certificações Públicas:** A Organização Social de Saúde Santa Marcelina, filial da Associação Filantrópica da Casa de Saúde Santa Marcelina, entidade sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública há mais de quatro décadas pelas autoridades federais, estaduais e municipais, e que tem por missão, em consonância com o carisma da Instituição, com a Declaração dos Direitos Humanos e da Constituição Brasileira, promover a dignidade da pessoa humana preservando-lhe e resgatando-lhe a saúde, oferecendo-lhe atendimento de boa qualidade. A O.S.S. Santa Marcelina tem por finalidade operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde do Hospital Santa Marcelina do Itaim Paulista, mediante o cumprimento integral do contrato de gestão nº 001.0500.00031 firmado com o Governo do Estado de São Paulo em 16 de dezembro de 2016, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, regida pela Lei Complementar Estadual nº 846 de 04 de junho de 1998. No exercício de 2020 muitas mudanças foram necessárias nas atividades do hospital, tendo em vista o estado de calamidade pública e a pandemia declarada pela OMS - Organização Mundial de Saúde e motivado pelas recomendações diante do quadro atual de pandemia causada pela COVID-19. Com todas as restrições impostas na circulação de pessoas para garantir a saúde da população, verificamos o impacto direto gerado pela Pandemia do novo coronavírus-COVID19 nas metas contratadas e no equilíbrio econômico e financeiro do hospital, tendo em vista as medidas de contingenciamento nas atividades do hospital a partir do mês de março e a queda na demanda espontânea para esses serviços. A CGCSS acompanhou os reflexos da pandemia sobre os serviços de saúde, tendo demonstrado essa preocupação com os resultados nas reuniões de avaliação realizadas com destaque para as Resoluções SS28 e SS106 que continuaram em vigência e com foco nos contratos de gestão com a previsão de cumprimento dos indicadores de qualidade. O hospital deu prosseguimento durante todo o exercício na disponibilização de leitos para enfrentamento à pandemia com aplicação de protocolos de assistência segura e foi avaliado positivamente pelas instâncias regionais de Regulação com relação a atendimentos COVID. As medidas implementadas tiveram como foco a adequação das áreas físicas e reavaliação de todos os fluxos de trabalho para garantir a segurança dos colaboradores, usuários e pacientes e foi necessária a adequação tanto das atividades de pronto socorro como de internação para pacientes críticos e não críticos com áreas e equipes exclusivas para o atendimento dos pacientes suspeitos ou confirmados do novo coronavírus-COVID19, de forma a restringir os fluxos de assistência e preservar o cuidado com outros colaboradores, pacientes e visitantes. Manter o quadro funcional preparado com a contratação de novos colaboradores e os desafios de manter o abastecimento, somados à elevada variação de custos no mercado e consumo interno dos produtos essenciais no enfrentamento à pandemia levaram a um impacto financeiro considerável que comprometeu o equilíbrio orçamentário do hospital para o encerramento do exercício. Toda a logística do hospital precisou ser adequada a padrões de segurança assistenciais mais rigorosas para os pacientes, visitantes e colaboradores e, muitas alterações realizadas no hospital durante esse período foram mantidas. **b. Áreas de atuação:** A Organização tem como objetivos básicos, sem visar lucro, atuar nas seguintes áreas: 1. Preventiva e comunitária; 2. Curativa; 3. De reabilitação; e 4. De ensino e pesquisa. **c. Da manutenção:** O hospital tem como fontes de renda a prestação de serviços a pacientes SUS mediante convênio e através de subvenções governamentais, doativos oriundos da comunidade, de empresas, instituições e de pessoas físicas. O resultado econômico que consegue dos serviços que presta é aplicado na melhoria de recursos humanos e materiais do hospital de comum acordo com a Secretaria de Estado da Saúde. **d. Da organização:** A estrutura orgânica do hospital está composta por: 1. Administração Hospitalar; 2. Pastoral da Saúde; 3. Serviços Médicos; 4. Serviços Técnicos; e 5. Serviços Administrativos. **2. Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis, autorizadas para emissão em 26 de janeiro de 2021, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem: as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em especial pela Resolução nº 1.409/12 de 21/09/12, que aprovou a Norma ITG 2002 (R1)-relativa a Entidades Sem Finalidade de Lucros, e a Legislação Societária. **2.2. Bases para elaboração:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas com o objetivo de fornecer informações relativas à totalidade das atividades operacionais da Casa de Saúde Santa Marcelina, realizadas por sua filial. Foram elaboradas para todos os aspectos relevantes, observando as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a ITG 2002 (R1). Estão demonstradas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma quando mencionado conforme descrito a seguir. O resumo das principais práticas contábeis adotadas: **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem numerário em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor; **b. Ativo circulante e não circulante:** Apresentados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável os rendimentos e as variações monetárias auferidas; **c. Ativo imobilizado:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo histórico, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo; **d. Direito de Uso decorrente de Operações de Arrendamento Mercantil - NBC TG06 (R3):** De acordo com a determinação definida na referida norma, os arrendatários devem reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e no seu ativo o direito de uso do bem arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Foram utilizados os seguintes critérios práticos requeridos pela norma para efeito de escrituração contábil: 1. Taxa de desconto contida na última captação a mercado realizada pela Entidade, líquida da inflação dos últimos 12 meses; 2. Contratos inferiores a 12 meses e de baixo valor não foram considerados para fins de cálculo da norma. 3. A contabilização de pagamentos como despesas no caso de arrendamentos, cuja composição de valor dependa de variável; e 4. O cálculo da renovatória será considerado apenas quando a renovatória for praticamente certa. Os bens são reconhecidos a valor presente no grupo ativo imobilizado como Direito de Uso e no passivo circulante em valores a curto prazo descontado o tributo e as taxas de juros e, no passivo não circulante em valores a longo prazo descontados as taxas de juros, porém o tributo será destacado somente a curto prazo por entendermos ser de natureza incidental e ter seu fato gerador quando do pagamento aos arrendadores pessoas naturais. **e. Passivo circulante e não circulante:** Demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas; **f. Férias e encargos a pagar:** Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes; **g. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências são efetuadas de acordo com os critérios definidos na NBC TG25 - Resolução CFC nº 1.180/09; **h. Imunidade e Isenções Tributárias:** Conforme legislação vigente, a Casa de Saúde Santa Marcelina é um hospital filantrópico, imune às Contribuições para a seguridade social conforme

**Demonstração do Valor Adicionado**

	2020	2019
<b>Receitas Operacionais Brutas</b>	<b>142.115.947</b>	<b>135.285.649</b>
Assistência médica hospitalar	140.622.570	134.152.540
Outras receitas	1.493.377	1.133.109
<b>Insumos Adquiridos De Terceiros</b>	<b>46.813.830</b>	<b>43.819.878</b>
Materiais consumidos	18.390.625	16.047.951
Serviço de terceiros e outros	25.295.571	24.615.521
Despesas administrativas e gerais	3.127.634	3.156.400
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>95.302.118</b>	<b>91.465.771</b>
<b>Valor Adicionado Líquido</b>	<b>95.302.118</b>	<b>91.465.771</b>
<b>Produzido pela Entidade</b>	<b>317.927</b>	<b>52.949</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>95.302.118</b>	<b>91.465.771</b>
Receitas financeiras	29.589	35.633
Doações recebidas	288.337	17.316
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>95.620.044</b>	<b>91.518.720</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>95.620.044</b>	<b>91.518.720</b>
Pessoal e encargos	94.741.669	91.026.032
Impostos, taxas e contribuições	4.278	3.602
Despesas financeiras, juros, aluguéis	561.409	553.553
Superávit (Déficit) do Exercício	312.688	(64.467)

art. 195, §7º da CF/88 e imune aos Impostos nos termos do art. 150, VI, "c" da CF/88. A entidade usufrui do benefício fiscal da isenção às Contribuições de Terceiros segundo disposto no art. 3º, § 5º da Lei 11.457/2007. **i. Contas de resultado:** O regime contábil para apropriação das receitas e despesas é o de competência, exceto as receitas de doações e os rendimentos financeiros que são registrados pela sua realização financeira; **j. Subvenções governamentais:** As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Entidade irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais, são reconhecidas como receita diferida no Balanço Patrimonial e transferidas para o resultado em base sistemática e racional durante a vida útil dos respectivos ativos. Demais subvenções governamentais são reconhecidas como receita em base sistemática e racional confrontada com as despesas que pretende compensar desde que atendidas as condições normativas. As subvenções governamentais recebidas como compensação por despesas ou prejuízos já incorridos ou com a finalidade de fornecer suporte financeiro imediato a Entidade, sem custos futuros relacionados, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas. **k. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisões para contingências, créditos de liquidações duvidosas, produção de serviços médicos e outras similares. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações contábeis referentes a 31 de dezembro de 2019, divulgada para fins de comparabilidade, foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação. **3. Execução do Contrato de Gestão (não auditado):** Foram executadas as atividades abaixo demonstradas com observância fixada pelo artigo 345, item VIII da Instrução nº 01/2002 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo: **Demonstrativo de Produção conforme Relatório de Execução do Contrato.**

Item	Meta	2020	Variação	2019
<b>Nº de Saídas</b>				
- Internações Clínicas	9.420	10.596	12,48%	9.940
<b>Nº de Saídas</b>				
- Internações Cirúrgicas	5.088	2.548	-49,92%	5.107
Nº de Consultas Ambulatoriais	20.940	13.537	-35,35%	24.695
Nº de Consultas				
Ambulatoriais Não Médicas	3.840	1.926	-49,84%	4.694
Nº de Atendimentos de Urgência	114.000	67.748	-40,81%	110.597
Nº de Atividades SADT	30.516	20.777	-31,91%	26.674
<b>Outras Informações - Item</b>		<b>2020</b>	<b>2019</b>	
Nº de Leitos - Média		254	254	
Taxa de Ocupação - Média		82,73%	89,76%	
Permanência - Média		5,94	5,58	
Nº de Partos Realizados		3.477	3.365	

O Hospital Geral Santa Marcelina do Itaim Paulista atende integralmente e sem distinção a toda a população gratuitamente. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Estão representadas substancialmente por saldos em caixa e aplicações financeiras de curto prazo em fundos de investimentos (FIF) e certificados de depósitos bancários (CDB) assim distribuídos:

Descrição	2020	2019
Fundo Fixo	2.000	2.000
<b>Subtotal</b>	<b>2.000</b>	<b>2.000</b>
Aplicações Financeiras - Verba Custeio	1.138.534	21.064
Aplicações Financeiras - Verba Investimento	-	1.708.717
<b>Subtotal Aplicações</b>	<b>1.138.534</b>	<b>1.729.781</b>
<b>Total</b>	<b>1.140.534</b>	<b>1.731.781</b>

**5. Adiantamentos:** Os saldos em aberto estão assim representados:

Descrição	2020	2019
Adiantamentos a funcionários	327.568	421.739
Adiantamento a Fornecedores	176.248	-
<b>Total</b>	<b>503.816</b>	<b>421.739</b>
<b>6. Estoques:</b> Os estoques existentes em 31 de dezembro estão valorizados pelo custo médio, que não supera o valor de mercado e estão assim discriminados: <b>Descrição</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Drogas e medicamentos	560.319	399.833
Consumo hospitalar	279.488	187.753
Fios cirúrgicos	10.996	12.293
Banco de Sangue	10.431	9.091
Órteses e próteses	9.545	12.414
Demais estoques	233.981	241.557
<b>Total</b>	<b>1.104.760</b>	<b>862.941</b>

**7. Imobilizado:** Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.

Descrição	2020	2019			
<b>Bens de Uso</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>			
Aparelhos médicos e cirúrgicos	10%	7.306.775	-5.188.033	2.118.742	1.264.806
Móveis e utensílios	10%	1.287.098	-1.106.434	180.664	168.446
Máquinas e equipamentos	10%	1.696.745	-736.051	960.694	204.928
Veículos	20%	355.210	-332.443	22.767	29.670
Instalações	10%	2.371.191	-1.870.421	500.770	648.076
Equipamentos de informática	20%	484.890	-386.113	98.777	81.540
<b>Subtotal Bens de Uso</b>	<b>13.501.909</b>	<b>-9.619.495</b>	<b>3.882.414</b>	<b>2.397.466</b>	

	2020	2019
<b>Receitas Operacionais Brutas</b>	<b>142.433.874</b>	<b>135.338.598</b>
<b>Receitas de atividades assistenciais</b>	<b>140.622.570</b>	<b>134.152.540</b>
Com assistência médica hospitalar	14	140.622.570
<b>Receitas financeiras,</b>		
<b>patrimoniais e extraordinárias</b>	<b>1.811.304</b>	<b>1.186.058</b>
Com doações	15	288.337
Financeiras deduzidas das despesas	16	29.589
Outras receitas	1.493.377	1.133.109
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>142.121.186</b>	<b>135.403.065</b>
<b>Despesas com atividades</b>	<b>142.121.186</b>	<b>135.403.065</b>
Despesas com pessoal	94.741.669	91.026.032
Despesas administrativas e gerais	3.127.634	3.156.400
Despesas prestados por terceiros	25.295.572	24.615.521
Despesas com locação	561.409	553.553
Medicamentos e materiais	18.390.625	16.047.951
Impostos e taxas	4.278	3.602
<b>Superávit (Déficit) do Exercício</b>	<b>312.688</b>	<b>(64.467)</b>

**Demonstração do Fluxo de Caixa - Metodo Indireto**

Atividades Operacionais	2020	2019
Superávit (déficit) do exercício	312.688	(64.467)
Depreciação e amortização	842.884	878.926
Provisão para Contingências	(959.410)	(12.680.112)
Transferência Patrimonial	(264.169)	187.009
<b>Resultado ajustado</b>	<b>(68.007)</b>	<b>(11.678.644)</b>
<b>Variações do Ativo e Passivo (Aumento) / redução nos ativos em</b>		
Contas a Receber Verbas Públicas	-	22.989
Adiantamentos	(82.077)	(127.263)
Despesas Antecipadas	(19.610)	(6.111)
Estoques	(241.819)	5.399
Depósitos Judiciais	(49.546)	10.890.932
Direito de Uso (Arrendamento) NBC TG 06	398.269	(695.365)
<b>Aumento / (redução) nos passivos em</b>		
Fornecedores	244.089	102.169
Arrendamento Operacional (NBC TG 06)	(398.270)	695.365
Obrigações trabalhistas	486.986	177.250
Obrigações sociais	2.115	7.216
Obrigações tributárias	13.682	88.439
Outras contas a pagar	(18.690)	1.124.695
Férias e encargos	1.437.605	483.445
Verbas e subvenções	(1.717.259)	1.755.686
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(12.532)</b>	<b>2.846.200</b>

**Atividades de Investimento**

Aquisições do ativo imobilizado	(2.236.210)	(1.592.977)
Baixas do ativo imobilizado	-	33.009
Contrapartida Imobilizado (Passivo)	1.657.494	416.874
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(578.715)</b>	<b>(1.143.095)</b>
<b>Aumento (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(591.247)</b>	<b>1.703.105</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.731.781	28.676
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.140.534	1.731.781

**Aumento (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa**

	2019	2020
Edifícios	4% 4.106.159	(1.726.495) 2.379.664
Terrenos	2.875.457	2.875.457
<b>Subtotal Imóveis</b>	<b>6.98</b>	

[...] Continuação atividades do Contrato de Gestão. **Consumo** - Referem-se aos gastos que foram empregados no contrato de gestão ao longo do exercício social. Em 2020 a unidade do Itaim Paulista, para fazer frente as suas despesas e executar suas atividades, recebeu valor de Custeio, através de 4 Termo Aditivos, durante o exercício social, no total de R\$ 141.199.400 sendo classificado na conta contábil de Verbas de Custeio a Aplicar. Conforme demonstrado abaixo:

Termo Aditivos	2020
Termo Aditivo n.º 01/20	137.999.400
Termo Aditivo n.º 02/20	1.200.000
Termo Aditivo n.º 03/20	1.500.000
Termo Aditivo n.º 04/20	500.000
<b>Total</b>	<b>141.199.400</b>

O termo Aditivo nº 02/20 no valor de R\$ 1.200.000,00 e o Termo Aditivo nº 03/20 no valor de R\$ 1.500.000,00 tem por objeto o repasse de recursos financeiros de custeio, visando à realização de despesas para o enfrentamento da pandemia do COVID-19. O consumo de custeio realizado durante o ano foi valor de R\$ 141.253.153. Em 2020 teve a conclusão da Reforma e Adequação do Pronto Socorro, Etapa 1 e Etapa 9 que foram utilizados valores de investimentos conforme o TA 03/2019, no valor de R\$ 1.900.000,00, sendo que o valor total gastos foi de R\$ 1.938.732,06. O rendimento de R\$ 38.732,06 foi aplicado na obra. O valor do consumo da verba de investimentos em 2020 aplicada na reforma e na aquisição de equipamentos foi de R\$ 1.717.259. **12. Provisão Para Contingências:** A entidade possui contingências judiciais de natureza trabalhista e cível, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja possibilidade de perda foi classificada como provável.

Descrição	2020	2019
Reclamações trabalhistas – Curto Prazo	-	24.223
Processos cíveis – Curto Prazo	-	471.079
<b>Total de Contingências no passivo circulante</b>	<b>-</b>	<b>495.302</b>
Reclamações trabalhistas – Longo Prazo	310.182	348.946
Processos cíveis - Longo Prazo	3.139.375	3.604.368
Provisão Tributária – ICMS – Longo Prazo	424.281	384.631
<b>Total de Contingências no Passivo Não Circulante</b>	<b>3.873.837</b>	<b>4.337.945</b>
<b>Total</b>	<b>3.873.837</b>	<b>4.833.247</b>

Outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 8.365.548,42 (Trabalhista) e de R\$ 1.951.100,00 (Cível) em 2020, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, contudo, que seja divulgada em nota explicativa (CPC 25). **13. Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto):** Apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social inicial, diminuído pelas transferências patrimoniais acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déficits e ajustes ocorridos. Refere-se

ainda a recursos a serem aplicados, exclusivamente, aos objetivos do contrato de gestão. De acordo com o mencionado na Nota Explicativa nº 1, face ao contrato de gestão e execução das atividades e serviços de saúde, os recursos financeiros destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pelo Hospital Santa Marcelina Itaim Paulista é provido, em sua maior parte, pela Secretaria Estadual de Saúde do Governo do Estado de São Paulo. Nesse sentido, a Entidade depende do recebimento regular desses recursos, bem como das políticas e diretrizes traçadas pela Secretaria Estadual de Saúde do Governo do Estado de São Paulo para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. O saldo do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) do exercício de 2020 é de (R\$ 22.751.276), em 2019 era (R\$ 22.799.795). **14. Receitas Realizadas de Recursos do Contrato de Gestão: Receitas realizadas de Recursos do contrato de gestão**

	2020	2019
Verbas Públicas de Custeio	140.622.570	134.152.540
<b>Total Receitas Realizadas</b>	<b>140.622.570</b>	<b>134.152.540</b>

**Contrato de Gestão** **140.622.570 134.152.540**  
A receita é considerada realizada no momento em que há o confronto com as Despesas, não tendo riscos no descumprimento do contrato e facilita o reconhecimento e a gestão dos ingressos de recursos. **15. Doações Recebidas:** As seguintes doações foram recebidas durante o exercício:

Descrição	2020	2019
Doações de materiais e medicamentos	288.337	17.352
<b>Total</b>	<b>288.337</b>	<b>17.352</b>

**16. Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas:** Os encargos financeiros e as variações monetárias líquidas, apropriados ao resultado estão demonstrados como segue: **Descrição**

	2020	2019
Despesa financeira - Despesas bancárias	-24.845	-23.808
<b>Subtotal</b>	<b>-24.845</b>	<b>-23.808</b>
Receita financeira - Atualização Monetária	16	-
Descontos obtidos	54.418	59.441
<b>Subtotal</b>	<b>54.434</b>	<b>59.441</b>
<b>Total</b>	<b>29.589</b>	<b>35.633</b>

**17. Imunidades e Isenção Tributária:** A entidade goza da Imunidade aos Impostos prevista no art. 150, VI, "c" da CF/88 e da Imunidade às Contribuições para a Seguridade Social disposta no art. 195, § 7º da CF/88. Trata-se de uma limitação ao poder de tributar dos entes federativos, União, Estados, Distrito Federal e Município, pois, a carta magna veda a instituição dos referidos tributos. Em atendimento a Portaria 1.970/2011, para o cumprimento dos requisitos do CEBAS, a entidade informa o valor usufruído das Contribuições para a Seguridade Social:

Descrição	2020	2019
Ordenados e salários	82.946.247	79.968.613
Percentual de contribuição devida INSS (*)	22,00%	22,00%
<b>Sub-total</b>	<b>18.248.174</b>	<b>17.593.095</b>
PIS	87.415.196	83.641.139

Percentual de contribuição devida PIS 1,00% 1,00%

Sub-total	874.152	836.411
Total	19.122.326	18.429.506

(\*) INSS 20% e Seguros contra riscos e acidentes (SAT/RAT) 2%

Descrição	2020	2019
Serviços prestados por pessoa física (autônomos inclusive médicos)	2.518.491	3.422.400
Percentual de contribuição devida INSS	20%	20%
<b>Total</b>	<b>503.698</b>	<b>684.480</b>

A entidade usufrui da Isenção das Contribuições para Terceiros, nos termos da Lei 11.457/2007, art. 3º, § 5º. Trata-se de benefício fiscal, pois, podendo instituir e cobrar o tributo, ocorre uma renúncia fiscal por meio do instituto da isenção. Desta maneira a fim de cumprir o item 27, "c" da ITG 2002 onde preconiza que, as demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que contenham relação dos tributos objeto de renúncia fiscal, abaixo segue quadro com as devidas informações.

Descrição	2020	2019
Salários e Ordenados	82.946.247	79.968.613
Percentual de contribuição devida	5,80%	5,80%
<b>Total</b>	<b>4.810.882</b>	<b>4.638.180</b>

**18. Compensações:** A Organização utiliza-se do Grupo Compensado em seus livros contábeis para outros controles de interesse da instituição e contrato de gestão celebrado em 26 de junho de 1.998, processo nº 001.0001.002.775/97, firmou um Termo de Permissão de Uso com o Hospital Estadual Santa Marcelina do Itaim Paulista, conforme abaixo.

Descrição	2020	2019
Termos de permissão de uso	9.204.133	8.925.230
<b>Total</b>	<b>9.204.133</b>	<b>8.925.230</b>

Os valores alocados neste grupo não compõem os Ativos e Passivos da Entidade. **19. Cobertura de Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade.

	Valores
<b>Seguradora</b>	<b>Modalidade Segurados Vencimento</b>
Unimed Seguros	Responsabilidade Civil 1.500.000 15/07/2021
Allianz Empresarial	Seguro Predial 30.000.000 20/10/2021
Itaú Seguro	Seguro de Veículos 200.000 25/09/2021
Porto Seguro	Veículo Ambulância 133.500 25/09/2021
Porto Seguro	Seguro Equipamentos Médicos 135.500 25/09/2021

Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

**Ir. Rosane Ghedin** - Diretora Presidente  
**Rodrigo Ronald Henrique da Silva** - Contador - CRC 1SP 290.165/O-2

#### Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

**A Diretoria da Organização Social de Saúde Santa Marcelina – Hospital Geral “Santa Marcelina” do Itaim Paulista São Paulo - SP Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Organização Social de Saúde Santa Marcelina – Hospital Geral “Santa Marcelina” do Itaim Paulista, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido – passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Organização Social de Saúde Santa Marcelina – Hospital Geral “Santa Marcelina” do Itaim Paulista, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para o fato que, a Entidade apresentava passivo a descoberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 22.751.276, e o seu passivo circulante excedia o seu ativo circulante em R\$ 19.210.318 e de acordo com o mencionado na Nota Explicativa n.º 1, face ao contrato de gestão para execução das atividades e serviços de saúde, os recursos financeiros destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Organização Social de Saúde Santa Marcelina – Hospital Geral “Santa Marcelina” do Itaim Paulista é provido, substancialmente, pelo Governo do Estado de São Paulo. A continuidade operacional da Entidade dependerá da manutenção desse Contrato de Gestão junto ao Governo do Estado de São Paulo. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Adicionalmente, examinamos a Demonstração do

Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das Demonstrações Contábeis básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos nesse relatório e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório de atividades e adequada apresentação na nota explicativa nº 02. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório de atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse demonstrativo. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de

uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de janeiro de 2021.  
**COKINOS & ASSOCIADOS Auditores Independentes S/S**  
CRC-2SP 15.753/O-0  
**José Luiz de Faria - Contador**  
CRC-1SP116.868/O-8 - Registro CVM nº 7.021

adequadamente a Posição Patrimonial e Econômica da Organização e que estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente à aprovação integral e sem qualquer ressalva dos referidos documentos pela Assembléia Geral deste Conselho. São Paulo, 24 de Fevereiro de 2021. Irmã Giuseppina Raineri; Irmã Maria Theresa Lorenzoni; Irmã Carla Rosimere Felix.

# Ouvidoria

## Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade e transparência, disponibiliza um canal direto de comunicação com a sociedade.

[www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

**io** **ouvidoria**

ouvidoria@imprensaoficial.com.br  
Rua da Mooca, 1921  
Cep: 03103 - 902 São Paulo  
[www.imprensaoficial.com.br/ouvidoria.aspx](http://www.imprensaoficial.com.br/ouvidoria.aspx)  
(11) 2799 9687

**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

